

Texto 3 - Planejamento da Oferta do SCFV no SUAS

Seguindo nossa caminhada no curso, aportamos no terceiro texto: ***Planejamento da oferta do SCFV no SUAS.***

Relembrando:

No primeiro texto, abordamos a Convivência social como direito, assim como chamamos atenção para a importância do direito de ser e de participar na sociedade brasileira. Para isto, refletimos sobre a convivência familiar e comunitária como segurança socioassistencial essencial no e para o SUAS;

No segundo texto, seguimos atento/as, construindo este argumento, olhando o SCFV como serviço da Proteção Social Básica, referenciado ao CRAS e a sua equipe, territorialmente localizado, lançando luz sobre a segurança do convívio como essencial para a efetivação da proteção social, no, e, a partir do, SUAS.

No terceiro texto, iremos nos debruçar sobre ***a importância do planejamento e organização da oferta do SCFV.*** Partimos da compreensão de que o exercício de planejar é essencial no campo das políticas públicas, e, em decorrência, fundamental para o SCFV.

O planejamento, monitoramento e avaliação são essenciais para a qualificação das ofertas e dos acessos. São estas etapas que permitem assegurar intervenções mais assertivas, com objetivos adequados e adaptados para cada público.

O planejamento representa a intencionalidade em relação à busca de racionalidade, eficiência e legitimidade à ação estatal. Permite organizar os objetivos, otimizar recursos e estabelecer e “medir” resultados, transformando as diretrizes em ações concretas com base em diagnósticos técnicos (evidências) e diretrizes legais.

O planejamento, vinculado ao monitoramento e avaliação, permite acompanhar a trajetória do usuário, para verificar a capacidade da intervenção atuar no fortalecimento de vínculos e prevenção de situações de vulnerabilidade ou risco social. Identificar se as ações estão produzindo mudanças nas relações dos usuários e, caso necessário, corrigir o percurso para garantir o alcance dos objetivos definidos nos eixos estruturantes (convivência social, direito de ser, participação).

Para este texto, estamos trabalhando de forma muito alinhada com o trabalho realizado junto aos municípios pela GERÊNCIA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - GEPSB do governo do estado de Pernambuco no trabalho que vem desenvolvendo com o Apoio Técnico ofertado no contexto 2º CICLO DAS OFICINAS DO SCFV. Este é um movimento importante, considerando a necessidade de, em uma escola de governo, integrarmos as ações de educação permanente ao campo de implementação da política pública.

Retomando o fio da meada: É no ato de planejar que qualificamos o serviço, que afirmamos a sua referência para a Política Pública da Assistência Social, e criamos as condições para que o SCFV se realize enquanto uma intervenção social técnica, intencional, refletida e de qualidade.

O planejamento integrado, permanente e de caráter avaliativo é o que garante que a atuação alcance a complexidade que está prevista para esta oferta. Como vimos, o direito a conviver mobiliza uma série de tensionamentos em relação à nossa sociedade e as barreiras concretas e simbólicas que estão postas para a “presença no mundo” de cada pessoa.

Considerando que a *Segurança de convívio ou vivência familiar, comunitária e social*, pressupõe relação, interação. Para Paulo Freire, estar no mundo significa não apenas existir nele, mas interagir criticamente, "com" o mundo e com os outros, para transformá-lo. Ele enfatiza que o mundo não é um dado estático, mas "está sendo", o que exige ação, esperança e um projeto de mundo.

O caráter pedagógico previsto para as ações no SCFV apontam para a educação como ato político, que deve apontar para a libertação. Freire ao pedagogizar a opressão, a liberdade, autonomia e esperança, reforça o papel das práticas educativas como ferramentas de conscientização contra opressões, sentidas e experienciadas a partir dos riscos, vulnerabilidades e violações, que tornam conviver um desafio.

Freire afirmava "*Não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo*", afirmava que o caminho deveria ser o da utopia e da ação coerente, pois se o mundo está sendo, a realidade é um processo constante e inacabado, o que abre espaço para a mudança social.

Relembramos que a intencionalidade de criação do SCFV no SUAS parte do reconhecimento da importância de uma postura reflexiva sobre o direito de ser, viver e conviver na família, comunidade e sociedade. As ações neste sentido precisam ampliar a

capacidade dos/as usuários/as de perceberem e refletirem sobre a sua presença no mundo, politizando a sua existência, afastando da dimensão individual ou meritocrática, as questões que fundamentam os obstáculos à convivência.

O SCFV foi criado no contexto de estruturação e consolidação do SUAS no Brasil, buscando aprimorar as formas de enfrentamento e prevenção de riscos sociais. Deliberação da IV Conferência Nacional de Assistência Social (2003), integra a Proteção Social Básica, com a intencionalidade de ser um serviço com caráter preventivo e proativo, capaz de defender direitos, desenvolver capacidades e potencialidades, e fortalecer os vínculos familiares e comunitários, prevenindo situações de vulnerabilidade e risco social.



Fonte: Material disponibilizado pela GEPSB - 2º CICLO DAS OFICINAS DO SCFV. Facilitadores: Marcílio Lopes e Rafaela Andrade.

O desenho assumido desde a sua criação já pressupunha que deveria ser uma estratégia planejada, organizada, protetiva e proativa. O SCFV deveria atuar de forma complementar ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), e ser realizado nos CRAS ou referenciado a eles.

O que também deve ser previsto nos casos de contrarreferência, quando o CREAS, após superar situações de violação de direitos, encaminha o usuário de volta ao CRAS ou ao SCFV para acompanhamento contínuo e fortalecimento de vínculos, ou, ainda, encaminha para o SCFV indivíduos cujas famílias são acompanhadas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) como parte do acompanhamento

técnico. É essencial o diálogo e trabalho integrado entre as equipes, para a compreensão das intervenções realizadas, garantindo a continuidade do trabalho social.

A retomada destes aspectos é fundamental para a compreensão da complexidade que deve caracterizar a atuação neste serviço. Como vimos no texto 2, enquanto o PAIF foca no trabalho social com a família, o SCFV atua com os indivíduos em grupos, organizados por ciclos de vida com o objetivo fundamental de adensar as ações para prevenir situações de risco social, violação de direitos e isolamento, fortalecendo as relações familiares e comunitárias.

A compreensão que está posta é a de que diante das inúmeras situações que colocam as pessoas em situação de vulnerabilidade, risco, sofrimento e humilhação, era importante se “adensar” as ações realizadas com indivíduos e famílias com estratégias coletivas.



Fonte: Material disponibilizado pela GEPSB - 2º CICLO DAS OFICINAS DO SCFV.

Em 2013, o serviço passou por um reordenamento (Resolução CIT nº 01/2013) para qualificar o atendimento e unificar as metodologias, organizando o trabalho em percursos. O foco passou a ser o "aprender a conviver", valorizando a socialização, o sentimento de pertença e a identidade.

Com o Reordenamento do SCFV, o grande desafio é materializar a Segurança de Convívio preconizada pela Política Nacional de Assistência Social, concebendo a “Convivência” enquanto direito social, contribuindo,

dessa maneira, para consolidação do Sistema Único de Assistência Social (MDS, 2013, p. 15)

E por falar em desafios eles são muitos!

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



10 ANOS DEPOIS...DESAFIOS PERMANENTES:

- Lembrar da **complementariedade** do SCFV ao PAIF e PAEFI;
- Lembrar do documento técnico para comprovação das situações prioritárias;
- Identificar as principais **situações prioritárias**;
- Não esquecer das **seguranças afiançadas**;
- Articular equipe do SCFV e avaliação das situações para outras políticas públicas através do CRAS;
- Organizar a **equipe de referência** do SCFV;
- Planejar a oferta;
- Garantir o SCFV **continuado e ininterrupto**!

Fonte: Material disponibilizado pela GEPSB - 2º CICLO DAS OFICINAS DO SCFV (a referência ao 10 anos diz respeito ao balanço feito na ocasião, estamos há aproximadamente 13 anos do movimento de reordenar)

Ao analisar os desafios que ainda estão postos, 10 anos depois, é possível perceber que o reordenamento foi um marco fundamental para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Brasil. Ato de refletir sobre sua prática e **REordenar** para atuar de forma mais assertiva em relação aos desafios para a qualificação, padronização e estruturação deste serviço, política pública contínua e estratégica. Com o reordenamento passa a ser ainda mais essencial que cada atividade tenha um objetivo evidenciado, focado nos eixos estruturantes, e que integre um “percurso” que possa ser monitorado e aferido.

Alguns dos desafios acima elencados, passados quase **13 anos** do reordenamento, dizem sobre os desafios da política, precisamos refletir sobre eles, e o faremos no nosso próximo texto: *Os desafios da complementaridade na política (referência e contrarreferência), capacidade de identificar e intervir sobre as situações prioritárias, a integralidade da política (a capacidade do SCFV integrar uma estratégia mais ampla de acessos nos SUAS e a outras políticas - **Inter e intrasetorialidade**, entre outros.*

Os eixos estruturantes que se voltam para a *convivência social, direito de ser e participar*, se organizam como pilares que estruturam o planejamento de atividades para os diferentes ciclos de vida e para as atividades intergeracionais.

Os três eixos principais focados no desenvolvimento integral, são: *"Eu Comigo"* (identidade/autonomia), *"Eu com os Outros"* (convivência social/empatia) e *"Eu com a Cidade"* (pertencimento territorial). Além desses, no caso da primeira infância, há a previsão do eixo de Cuidado, *"eu com quem cuida de mim"*, trabalhando vínculos com cuidadores e cuidadores de referência.



EIXOS NORTEADORES DO SCFV

Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

 EU COMIGO	Refere-se a competências pessoais, que cada indivíduo, cuidador(a) ou criança precisa desenvolver ou reforçar para estabelecer boas relações interpessoais.
 EU COM QUEM CUIDA DE MIM	Refere-se a competências que precisam ser desenvolvidas primeiramente entre os(as) cuidadores(as) para que estes(as), a partir de sua ação, atenção e exemplo possibilitem a aquisição por parte das crianças de competências pessoais e relacionais.
 EU COM OS OUTROS	Refere-se a competências relacionais fundamentais para o convívio além do binômio criança-cuidador(a) e do convívio criança-família em termos de comunicação, empatia, cooperação, respeito e sociabilidade.
 EU COM A CIDADE	Refere-se ao desenvolvimento de competências em uma esfera mais ampla de vivência, que fortalece a noção de direitos e deveres dos sujeitos, exigindo-lhes o reforço de competências pessoais e interpessoais e firmando-os, por fim, como cidadãos.



Fonte: Material disponibilizado pela GEPSB - 2º CICLO DAS OFICINAS DO SCFV.

O percurso especifica os objetivos a serem alcançados, a partir de determinados temas e atividades serem trabalhados no SCFV, considerando um período de tempo. É fundamental pensar os percursos para as ações de planejamento, monitoramento e avaliação, para assegurar que o SCFV cumpra seu papel de prevenção e proteção, especialmente para grupos em situação de isolamento ou violação de direitos, garantindo que as ações sejam assertivas e transformadoras.

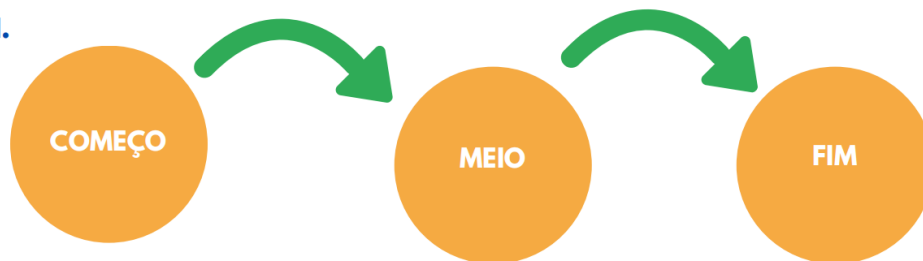
CARACTERÍSTICAS IMPORTANTES DO PERCURSO

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE
PERNAMBUCO
ESTADO DE MUDANÇA

1.



2. Durante o percurso todos os objetivos do SCFV são trabalhados;
3. Requer momentos de planejamentos, acompanhamento e de avaliação.

Fonte: Material disponibilizado pela GEPSB - 2º CICLO DAS OFICINAS DO SCFV.

ENCONTROS DO SCFV: ETAPAS E CUIDADOS.

Secretaria
de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas



GOVERNO DE
PERNAMBUCO
ESTADO DE MUDANÇA

ESTRUTURA BÁSICA DO ENCONTRO DO SCFV:

1

Acolhida: boas-vindas com breve dinâmica, jogo ou afim, com recursos lúdicos que envolvam o movimento corporal, canto, brincadeiras ou leitura.

2

Atividade principal: ação prevista para o encontro do dia, que pode ser precedida da apresentação de seus objetivos e/ou da explicação sobre a atividade em si.

3

Fechamento da atividade: dinâmica que envolva reflexões que se conectem aos objetivos da atividade.

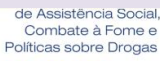


Fonte: Material disponibilizado pela GEPSB - 2º CICLO DAS OFICINAS DO SCFV.

Para este planejamento é importante considerar e dialogar sobre as especificidades por faixa etária, definição do público prioritário e estratégias de acolhida. Este é um movimento importante porque o planejamento, porque tem o papel de qualificar as ofertas, integrar as ações, reconhecer as especificidades do público, do território, considerando os ciclos de vida e identificando critérios de inclusão no serviço e públicos

prioritários. Por isto ele precisa ser refletido conjuntamente, é um trabalho que envolve a equipe técnica de referência, coordenação dos serviços e educadores/as.

O público prioritário do SCFV engloba crianças, adolescentes, jovens e idosos em situação de violação de direitos, risco social, ou isolamento, focando em trabalho infantil, acolhimento institucional, negligência, violência, e beneficiários do BPC. Para a identificação dos usuários em situação prioritária será utilizado o Número de Identificação Social – NIS do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico.



SITUAÇÕES PRIORITÁRIAS PARA O ATENDIMENTO NO SCFV

Segundo a Resolução CIT n° 01/2013 e a Resolução CNAS n° 01/2013, considera-se público prioritário para o atendimento no SCFV crianças e/ou adolescentes e/ou pessoas idosas nas seguintes situações:

- Em situação de isolamento;
- Trabalho infantil;
- Vivência de violência e/ou negligência;
- Fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos;
- Em situação de acolhimento;
- Em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto;
- Egressos de medidas socioeducativas;
- Situação de abuso e/ou exploração sexual;
- Com medidas de proteção do ECA;
- Crianças e adolescentes em situação de rua;
- Vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência.



https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/publicacoes/perguntas_frequentes_SCFV_2022.pdf

Fonte: Material disponibilizado pela GEPSB - 2º CICLO DAS OFICINAS DO SCFV.

A comprovação das situações prioritárias dar-se-á por meio de documento técnico que deverá ser arquivado na Unidade que oferece o SCFV ou no órgão gestor, por um período mínimo de cinco anos, à disposição dos órgãos de controle. A identificação dessas situações permite que o município cumpra as metas de inclusão estabelecidas pelo governo federal, estabelecidas em 50% (cinquenta por cento), no mínimo, do público prioritário.

Importante considerar que o SCFV, ao focar nesse público, atua proativamente evitando que vulnerabilidades identificadas se transformem em violações graves de direitos. Considerando o caráter do SCFV, a inclusão deste público representa uma potente estratégia de intervenção do Estado no enfrentamento dessas situações, inclusive “pedagogizando” com os usuários os fundamentos dessas situações de vulnerabilidade e risco vivenciadas.

ARTICULAÇÕES

- **Vigilância Socioassistencial**
- **Educação Integral**
- **Acessuas Trabalho**
- **Primeira Infância no SUAS**



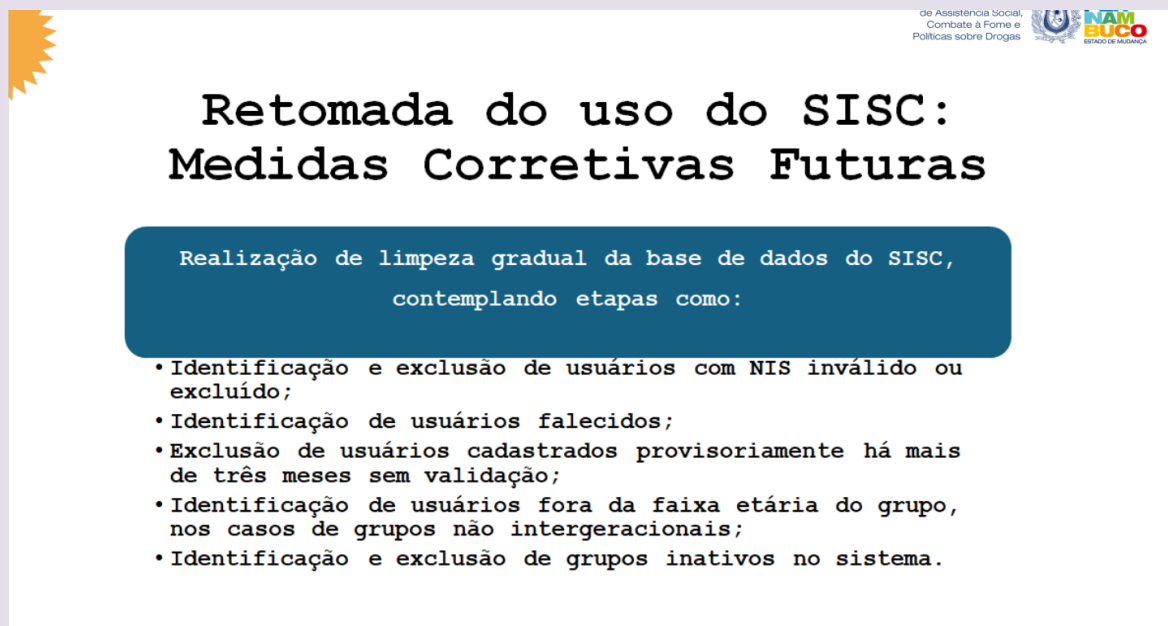
Fonte: Material disponibilizado pela GEPSB - 2º CICLO DAS OFICINAS DO SCFV.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), a Vigilância Socioassistencial e o Sistema de Informações do SISC formam uma tríade estratégica no SUAS. O SCFV promove o convívio e previne riscos, a Vigilância analisa dados para territorializar ações, e o Sistema de Informações do SISC monitora e cofinancia o serviço.

O SISC é a ferramenta oficial para registro, monitoramento e acompanhamento dos participantes do SCFV. É essencial para o cofinanciamento federal. Dentre as funcionalidades do SISC, estão:

- Permite a inclusão, exclusão, transferência de usuários entre grupos e emissão de relatórios pelos municípios;
- O repasse federal é calculado com base nos dados de participação registrados no SISC;
- Os gestores municipais devem confirmar a continuidade dos usuários no sistema a cada trimestre para garantir a regularidade do serviço;
- Sistema SISC deve ser mantido atualizado para monitorar o público-alvo, incluindo casos de trabalho infantil.

O SISC é o SCFV monitorado, transformado em métricas, fluxos e evidências. Ficou durante um período inoperante, passou por manutenções e instabilidades, mas retornou ao funcionamento, sendo obrigatório para o monitoramento e cofinanciamento federal.



de Assistência Social,
Combate à Fome e
Políticas sobre Drogas

NAM
EUCO
SERVIÇO DE AVALIAÇÃO

Retomada do uso do SISC: Medidas Corretivas Futuras

Realização de limpeza gradual da base de dados do SISC,
contemplando etapas como:

- Identificação e exclusão de usuários com NIS inválido ou excluído;
- Identificação de usuários falecidos;
- Exclusão de usuários cadastrados provisoriamente há mais de três meses sem validação;
- Identificação de usuários fora da faixa etária do grupo, nos casos de grupos não intergeracionais;
- Identificação e exclusão de grupos inativos no sistema.

Fonte: Material disponibilizado pela GEPSB - 2º CICLO DAS OFICINAS DO SCFV.

O SISC representa portanto a base para o acompanhamento dos atendimentos realizados nos municípios, das novas inclusões, dos desligamentos, frequências e perfil de vulnerabilidade dos usuários. Utilizado para o governo federal calcular os recursos a serem transferidos aos municípios.

Ter um Sistema para o SCFV, permite melhor integração com os dados produzidos pela Vigilância Socioassistencial, potencializando a identificação de riscos e vulnerabilidades sociais, fornecendo dados para que o serviço seja mais assertivo. A correta utilização do SISC, com informações atualizadas, é vital para evitar a interrupção de recursos e garantir a continuidade das ações do SCFV.

Feitas todas estas considerações, vamos olhar mais de perto alguns caminhos para o Planejamento e Execução das ações do SCFV.

Caminhos para o Planejamento e Execução das Ações no SCFV

O planejamento do SCFV deve ser um processo dinâmico, baseado na leitura crítica do território e na integração entre equipes, serviços e usuários/as. Retomamos aqui o que viemos falando sobre este ser um movimento importante para qualificar as ofertas, integrar as ações, reconhecer as especificidades do público, do território, considerando os ciclos de vida e identificando critérios de inclusão no serviço e públicos prioritários.

1. Diagnóstico territorial e estudo de caso

A base de qualquer planejamento eficiente é o conhecimento da realidade local. Para um diagnóstico **qualiquantitativo** e a elaboração de indicadores assertivos, propõe-se:

- **Cruzamento de Dados:** Utilizar o Cadastro Único, boletins da Vigilância Socioassistencial, o Registro Mensal de Atendimentos (RMA) e sistemas intersetoriais, como o SISVAN.
- **Vigilância Socioassistencial:** Transformar dados em ferramentas "utilizáveis", integrando a função de vigilância ao cotidiano das equipes para potencializar a capacidade interpretativa da realidade do território.
- **Abordagem macro e micro:** Sistematizar informações que contemplem tanto os dados populacionais (indicadores sociais) quanto às trajetórias individuais dos usuários (estudos de caso) e as especificidades culturais dos modos de vidas locais, sobretudo ao se considerar as realidades diversas dos povos e comunidades tradicionais.
- **Ciclo de Planejamento:** Instituir reuniões de rede e agendas integradas (incluindo o CMAS) para um ciclo contínuo de **ação-reflexão-avaliação** sobre as necessidades dos territórios e públicos.

2. Estratégias intersetoriais e planejamento integrado

A gestão do território exige a superação da fragmentação das políticas públicas:

- **Articulação de Proteções:** Construir fluxos consistentes entre a Proteção Social Básica (PSB) e a Especial (PSE), garantindo a integralidade do atendimento.

- **Interface com outras Políticas:** Estabelecer pontes com as áreas de Saúde, Educação, Segurança Alimentar, Direitos Humanos entre outras ações existentes nos territórios.
- **Projetos Temáticos Integrados:** Incentivar iniciativas transversais como o *a convivência no esporte*, *"convivência na escola"*, *"convivência na cultura"*, *"convivência no território ou comunidade"* com previsão de cofinanciamento e execução compartilhada.
- **Supervisão Técnica:** Adotar a supervisão como ferramenta de apoio ao planejamento coletivo e mensurável.

3. Percursos formativos e estratégias de comunicação

A qualificação do serviço passa pela valorização do saber dos/as trabalhadores/as e pela fluidez das informações:

- **Educação Permanente:** Realizar intercâmbios técnico-metodológicos e capacitações baseadas no cotidiano do trabalho (educação em serviço).
- **Gestão do Conhecimento:** Elaborar cadernos e/ou instrumentos de práticas e editais de inovação para sistematizar e compartilhar metodologias bem-sucedidas.
- **Fluxos de Comunicação:** Instituir canais e protocolos que garantam o acesso à informação em tempo real para toda a rede socioassistencial.

4. O Fluxo de Monitoramento

O monitoramento é um processo contínuo de coleta e análise de dados sobre a execução das atividades e o perfil dos/as usuários/as e as atividades realizadas nos territórios.

Mas o que monitorar?

- **Insumos:** Disponibilidade de materiais pedagógicos, infraestrutura e recursos humanos.
- **Processos:** Qualidade das oficinas, as estratégias metodológicas, periodicidade das reuniões de equipe e articulação com o território.

- **Produtos:** Número de oficinas realizadas e número de usuários/as atendidos/as, assim como a adesão dos/as usuários/as.

5. O Fluxo de Avaliação

Diferente do monitoramento (que olha o "durante o percurso"), a avaliação foca nos **impactos e resultados** alcançados pelo serviço.

Avaliação e suas dimensões

- **Eficácia:** O serviço conseguiu realizar as atividades planejadas?
- **Eficiência:** Os recursos foram bem utilizados para o volume de atendimento gerado?
- **Efetividade:** Houve redução das situações de isolamento social? Os vínculos familiares foram fortalecidos?

Como se configuram os momentos da avaliação?

- **Avaliação Inicial (Diagnóstico):** Identifica a vulnerabilidade do território antes da intervenção.
- **Avaliação Formativa:** Realizada durante a execução para repensar e readaptar rumos (ex: reuniões de rede).
- **Avaliação final:** Realizada ao final de um ciclo ou percurso para mensurar o alcance das metas propostas no planejamento.

6. O Papel da Vigilância Socioassistencial

O fluxo de monitoramento e avaliação deve ser alimentado pela **Vigilância Socioassistencial**. Ela é responsável por:

- Sistematizar os dados coletados pelas equipes.
- Produzir boletins e informativos que orientem o planejamento.
- Identificar novos territórios com alta incidência de vulnerabilidade que demandam a expansão do SCFV.
- Construção e/ou readaptação de estratégias para a chegada do serviço a quem ainda não consegue acessar.

7. Ciclo de Retroalimentação (Feedback)

Momento em que o fluxo de monitoramento e avaliação se encerra e reinicia, pois quando os dados da avaliação voltam para a equipe técnica e para o **Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)**. Essa transparência permite que o planejamento do ano seguinte seja baseado em evidências reais, e não apenas em percepções subjetivas permitindo a chegada do SCFV capaz de atender as especificidades do público que mais precisa.

Como forma de evidenciar um processo de planejamento, apresentaremos o trabalho do SCFV com povos e comunidades tradicionais.

O trabalho do SCFV com Povos e Comunidades Tradicionais

Trabalhar com Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) que incluem indígenas, quilombolas, ribeirinhos, povos de terreiro, ciganos, entre outros, demanda que o SCFV se abra para a possibilidade de uma postura de decolonialidade e respeito à identidade cultural dos povos.

A decolonialidade enquanto conceito busca romper com a herança colonial que perpetua hierarquias raciais, sociais e epistêmicas eurocêntricas, muitas delas responsáveis pelas barreiras simbólicas e concretas colocadas para a insegurança relacional.

Ela propõe um planejamento para a ação que se volte para um "giro decolonial", valorizando saberes ancestrais, comunitários e locais, transformando o desenho e a avaliação de políticas para garantir equidade, participação social e a inclusão de grupos subalternizados.

Na prática implica em pensar as ações fundamentadas em abordagens participativas que valorizam as experiências dos sujeitos. Se aproxima da perspectiva apontada de uma pedagogia da liberdade e para a autonomia. A partir do reconhecimento das trajetórias das opressões e não acessos vivenciados.

Como pode-se garantir estratégias adaptadas ao SCFV no contexto dessas realidades:

1. Adequação metodológica numa perspectiva cultural

O SCFV ofertado para a diversidade de PCTs precisa ser aberto para construção de percursos e processos contextualizados às realidades dos territórios e dos povos e comunidades tradicionais.

- O Território como espaço legítimo de formação: As atividades devem ocorrer preferencialmente no território da comunidade (na aldeia, no terreiro, no quilombo) e não apenas dentro dos equipamentos públicos.
- Valorização da oralidade e ancestralidade: Utilizar estratégias voltadas a contação de histórias, os cantos ancestrais, construir processos de escuta e diálogo com as pessoas de diferentes gerações e sobretudo as mais idosas (detentores do saber) como metodologia central de fortalecimento de vínculos.
- Construção de uma agenda personalizada à realidade: Respeitar o tempo da produção de alimentos e das colheitas, as festas religiosas, os ritos de passagem e os ciclos da natureza, os tempos de homens e mulheres no planejamento das atividades em comunidade.

2. Diálogo com as Lideranças Tradicionais

A entrada do SCFV nesses territórios deve ser pactuada.

- Consulta Prévia: Antes de implementar o planejamento, apresentá-lo aos caciques, pais/mães de santo, líderes no quilombo e/ou lideranças locais. O serviço só terá adesão se a comunidade validar sua necessidade e demanda.
- Reconhecimento da Organização Social: Entender que a organização familiar e de cuidado nessas comunidades costuma ser coletiva. O conceito de "núcleo familiar" do CadÚnico muitas vezes não reflete a família extensa e profunda relação das comunidades tradicionais.

3. Fortalecimento e valorização da Identidade cultural e pertencimento

O objetivo principal do SCFV aqui é o enfrentamento às diferentes formas de negação, violação de direitos, vulnerabilidades e ao racismo estrutural, assim como a invisibilidade das comunidades.

- Oficinas e outras formas de formação a partir dos saberes tradicionais: Contratar ou convidar pessoas da própria comunidade para facilitar junto com a equipe do SCFV oficinas e outras ações formativas.
- Intercâmbio Geracional: Promover encontros dialógicos que valorizem os modos de vida locais (música, dança, saberes) entre jovens e idosos da comunidade para garantir que a memória coletiva não se perca, combatendo o isolamento do idoso e promovendo a integração com a juventude.

4. Estratégias de acesso e busca ativa

- Equipes Volantes: Garantir que a equipe técnica tenha meios de transporte adequados (barcos, veículos e outros) e regularidade nas visitas, para que o vínculo não seja interrompido pela distância geográfica e condições de acesso.
- Linguagem Acessível: Produzir materiais informativos (sobre direitos e serviços) em linguagem que respeite os regionalismos e termos próprios da comunidade.

Os desafios, como vimos, são do tamanho da complexidade de viver e conviver em uma sociedade como a brasileira. E, quando nos referimos à convivência, nos voltamos para uma que seja fundamentada na presença ativa, reflexiva, questionadora, capaz de elaborar as “palavras” que digam sobre as opressões e não acessos.

O SCFV é uma estratégia potente para produzir processos de adensamento político e social nos territórios, de integração das políticas públicas, de fortalecimento do SUAS, de formação de vínculos nas famílias, territórios e sociedade, mas para isto ele deve ser percebido e tratado em toda a sua potência. Este é o nosso objetivo neste curso.

Nos encontramos no próximo texto, até breve!

Referências

BRASIL. **Caderno de Orientações do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2016. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/cartilha_paif_2511.pdf>.

_____. Ministério da Cidadania. **Perguntas Frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)**. Brasília: MDS, 2022 (edição atualizada)

_____. **Caderno de Orientações Técnicas do SCFV Para Crianças de 0 a 6 Anos**. Brasília: Ministério da Cidadania, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2021. Disponível em: <<http://blog.mds.gov.br/redesuas/caderno-de-orientacoes-tecnicas-do-servico-de-convivencia-e-fortalecimento-para-criancas-de-0-a-6-anos/>>.

_____. **Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017.

_____. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009.